Extrato do relatório INSP-SMG/2014/65

INT-IRA/2014/217

1 – Dados gerais da inspeção

1.1 - Inspeção

Data: 16.04.2014 **Tipo:** Inspeção Ambiental Específica

Tipo de inspeção: Extraordinária

Descrição da inspeção:

Conforme determinado pela Sra. Chefe da Divisão de Inspeção e Apoio Jurídico, foi realizada uma inspeção/averiguação às instalações industriais da Prolacto (Fábrica da Nestlé) relativa a uma descarga de águas residuais industriais para o meio marinho. Esta inspeção teve como finalidade obter informações relativas a essa situação, nomeadamente a causa dessa descarga e as medidas adotadas pela empresa. Foi contatado Chefe de Segurança, Saúde no Trabalho e Ambiente que nos acompanhou nas averiguações efetuadas e prestou os esclarecimentos necessários.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Prolacto – Lacticínios de São Miguel, S.A. **NIPC/NIF:** 512 004 080

Sede/morada: Estrada Regional n.º 1, Pópulo

Código Postal: 9500-609 **Freguesia:** Livramento

Concelho: Ponta Delgada **Ilha:** São Miguel

1.3 – Estabelecimento inspecionado

Nome: Fábrica Nestlé

Endereço: Estrada Regional n.º 1, Pópulo

Código Postal: 9500-609 **Freguesia:** Livramento

Concelho: Ponta Delgada **Ilha:** São Miguel

CAE Principal: Indústria do leite e derivados 10510

Licença Ambiental: LA n.º 2/2013/DRA

Enquadramento PCIP: 6.4c) Tratamento e transformação de leite sendo a quantidade de leite recebida superior a 200 t por dia (valor médio anual)

Coordenadas UTM: X: 622 930 m Y: 4 178 545 m (sistema de referência WGS84; zona 26)

Figura 1: Localização do local inspecionado.

2 – Requisitos enquadradores da inspeção

A inspeção teve como objetivo verificar a conformidade da instalação de acordo com os seguintes requisitos:

Tema		Enquadramento legal vigente em 2019
☒	Gestão da água	Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro de 2005 Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio Decreto Legislativo Regional n.º 18/2009/A, de 19 de outubro
☐	Gestão de resíduos	Decreto Legislativo Regional nº 29/2011/A, de 16 de novembro Decreto Legislativo Regional nº 42/2012/A, de 1 de junho Decreto-Lei nº 152-D/2017, de 11 de dezembro
☐	Produção e utilização de substâncias perigosas	Regulamento (CE) nº 1907/2006, de 18 de dezembro Regulamento (CE) nº 1272/2008, de 16 de dezembro Decreto-Lei n.º 293/2009, de 13 de outubro Decreto-lei n.º 220/2012, de 10 de outubro

☐	Emissões atmosféricas	Decreto Legislativo Regional nº 32/2012/A, de 13 de julho Decreto-Lei nº 39/2018, de 11 de junho
☐	Gases fluorados com efeito de estufa	Regulamento (UE) nº 517/2014, de 16 de abril Decreto-Lei nº 145/2017, de 30 de novembro
☐	Substâncias que empobrecem a camada de ozono	Regulamento (CE) nº 1005/2009, de 16 de setembro Decreto-Lei nº 85/2014, de 27 de maio
☐	Ruído	Decreto Legislativo Regional nº 23/2010/A, de 30 de junho
☐	Licença ambiental	

3 – Conclusões sobre a conformidade com os requisitos legais e com a licença

Não foram identificadas situações irregulares.

4 – Medidas adotadas

Na sequência da inspeção foram adotadas as seguintes medidas:

Medida		**Observações**
☐	Auto de notícia	
☐	Notificação para regularização	
☒	Outras	Arquivamento.